



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC nº 08.341/08

Objeto: Pensão

Beneficiário (a): Maria Martins de Araújo Santos

Servidor (a): Paulo Capitulino dos Santos

Órgão: Prefeitura Municipal de Sapé

Pensão – Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC - 1876/2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Processo TC nº 08.341/08, referente à concessão de Pensão por morte do servidor Paulo Capitulino dos Santos, Motorista, Matrícula nº 260-7, tendo como beneficiária a Sra. Maria Martins de Araújo, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e da proposta do relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **JULGAR REGULAR** o ato concessivo, tendo presentes sua legalidade e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento a Representante do Ministério Público.

TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara - Plenário Cons. Adailton Coelho Costa.

João Pessoa, 11 de agosto de 2011.

Cons. ARTHUR PAREDES CUNHA LIMA
PRESIDENTE

Aud. ANTONIO GOMES VIEIRA FILHO
RELATOR

Fui presente :

REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 08.341/08

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do **Prefeito Municipal de Sapé**, concedendo Pensão por morte do servidor Paulo Capitulino dos Santos, Matrícula nº 260-7, tendo como beneficiária a Sra Maria Martins de Araújo. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo do benefício elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas.

É o relatório.

PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer Oral do Ministério Público Especial, proponho que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo de Pensão a Sra. Maria Martins de Araújo.

É a proposta!

.Antônio Gomes Vieira Filho
Auditor Relator